



Capacidades estatais no Brasil: uma revisão sistemática da literatura

State capabilities in Brazil: a systematic literature review

Capacidades estatales en Brasil: una revisión sistemática de la literatura

Felipe Leonardo Assis Ramelli ¹

Resumo

Esta revisão sistemática da literatura busca construir um panorama das produções científicas que debatem as capacidades estatais no Brasil. A partir de buscas realizadas nas bases Web of Science e Scopus, foram selecionados 45 artigos, os quais foram analisados a fim de capturar os métodos utilizados, as dimensões investigadas, as principais áreas, entre outros aspectos. Ao relacionar semelhanças e diferenças entre os trabalhos, indicamos tendências e lacunas existentes na literatura.

Palavras-chaves: capacidades estatais; revisão sistemática; produção científica

Abstract

This systematic literature review seeks to build an overview of scientific productions that debate state capacity in Brazil. Based on research carried out in the Web of Science and Scopus databases, 45 articles were selected and analyzed in order to capture the methods used, the dimensions investigated, the main areas, among other aspects. By relating similarities and differences between the works, we indicate trends and gaps in the literature.

Keywords: state capacity; systematic review; scientific production

Resumen

Esta revisión sistemática de la literatura busca construir un panorama de las producciones científicas que debaten las capacidades estatales en Brasil. A partir de

¹ Mestre em Gestão Pública e Cooperação Internacional pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: feliperamelli@gmail.com.

Data de submissão: 10/10/2023. Data de aprovação: 21/11/2023

investigaciones realizadas en las bases de datos Web of Science y Scopus, se seleccionaron 45 artículos, los cuales fueron analizados con el fin de captar los métodos utilizados, las dimensiones investigadas, las principales áreas, entre otros aspectos. Al relacionar similitudes y diferencias entre las obras, indicamos tendencias y lagunas en la literatura.

Palabras Llave: capacidades estatales; revisión sistemática; producción científica

1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre capacidades estatais têm acompanhado as mudanças e adaptações sofridas pelo Estado nas últimas décadas, tanto na sua composição quanto na sua atuação. Se, em um primeiro momento, as pesquisas buscaram compreender como o aparato estatal é formado e atua em suas funções essenciais, como a defesa da soberania, arrecadação de tributos e aplicação das leis, o foco foi ampliado para as capacidades necessárias para a formulação e execução das políticas públicas. Assim, novas áreas de pesquisa têm sido desenvolvidas, bem como novos conceitos afins, como o de "*policy capacity*" (WU et al., 2015).

A partir dessa tendência mais contemporânea, pensar o papel do Estado na promoção das políticas públicas e do desenvolvimento socioeconômico tornou-se um objetivo recorrente nos estudos em variados campos da ciência política e ciências sociais. Para tanto, é necessário avaliar os instrumentos disponíveis, a mobilização de recursos humanos e financeiros e os conflitos existentes na atuação estatal, sejam eles mais ou menos evidentes, considerando o contexto de cada país.

Na literatura internacional, Cingolani (2013) observa que há uma prevalência de trabalhos empíricos, que costumam investigar determinantes e consequências da capacidade estatal. Entretanto, há uma carência quanto à discussão conceitual do termo, como ele pode ser analisado e mensurado, entre outros desafios metodológicos. Nesse sentido, a autora propõe sete dimensões que possibilitam uma análise mais precisa do fenômeno, de modo a evitar que os estudos sejam conduzidos de maneira genérica e sem considerar as peculiaridades de cada caso. São elas: coercitiva/militar, fiscal, administrativa, transformativa/industrial, relacional, legal e política.

Em razão desse caráter multidimensional, na literatura sobre capacidades estatais

é possível encontrar múltiplas agendas que buscam fornecer respostas às mais variadas questões. No contexto brasileiro, podemos destacar algumas, tais como: por que são desenvolvidas capacidades em algumas áreas e outras não? (SOUZA, 2017); os municípios possuem capacidade suficiente para atender aos desafios da descentralização política e administrativa? (GRIN; ABRUCIO, 2018); quais dimensões das capacidades estatais são fundamentais para atingir os resultados esperados? (CAVALCANTE; PEREIRA, 2022); quais arranjos institucionais ajudam a promover capacidades? (PIRES; GOMIDE, 2016).

As questões levantadas perpassam políticas públicas de diversas áreas. Nesta revisão sistemática, a título de exemplo, foi possível encontrar trabalhos na área de meio ambiente (ABERS; KECK, 2009; FERENTZ; GARCIAS, 2020), educação (RIBEIRO et al., 2020; SEGATTO et al., 2021), política urbana (LIMA-SILVA; LOUREIRO, 2020; BARBOSA; VAZ, 2019) e outras políticas setoriais.

Diante da ampla gama de abordagens, métodos e possibilidades de investigações empíricas, o presente trabalho tem por objetivo construir, por meio da revisão sistemática da literatura, um panorama dos estudos sobre capacidades estatais no Brasil. Este trabalho visa compreender quais estratégias têm sido utilizadas, em quais áreas e quais dimensões os pesquisadores têm reunido esforços para investigar o tema.

Partindo desta introdução, o artigo está organizado da seguinte forma: será apresentada na seção seguinte uma discussão sobre os estudos que ajudam a situar como o conceito de capacidades estatais tem sido utilizado na literatura brasileira, envolvendo tanto os aspectos metodológicos e conceituais quanto a aplicação empírica. Continuamos com a apresentação dos métodos utilizados para a produção da revisão sistemática da literatura e os resultados obtidos. Por fim, o artigo traz as considerações finais com uma análise do panorama desse campo de pesquisa no Brasil, possíveis lacunas e agendas de pesquisa.

2. A análise da capacidade estatal em diferentes esferas

Em uma federação, como é o caso do Brasil, cada ente federado possui

competências e atribuições que estão designadas na Constituição. A análise das capacidades estatais, portanto, requer que sejam considerados os contextos e as particularidades presentes em cada esfera de atuação governamental. Sendo assim, uma das categorizações propostas neste trabalho levou em conta o recorte espacial em cada artigo analisado.

2.1 A capacidade na esfera federal

A modernização do Estado brasileiro, iniciada ainda em 1930 no governo Getúlio Vargas, é um processo em constante construção e que busca atender às necessidades e agendas de cada tempo. Ao longo das últimas décadas, foram construídas importantes capacidades em determinadas áreas, enquanto outras ainda carecem de avanços, exercendo, assim, influência sobre o resultado de algumas políticas públicas (SOUZA, 2017). Sendo o governo central o principal responsável pelos grandes processos de modernização e reformas do aparato estatal, é natural que a maior parcela dos estudos sobre capacidades estatais seja destinada a compreender os processos em escala nacional.

Dentre os trabalhos pesquisados, é possível encontrar artigos que enfatizam as preocupações de um primeiro nível de estudos, concentrado em uma perspectiva macro de formação do Estado (PIRES; GOMIDE, 2016), como é o caso da pesquisa realizada por Diniz (2013). O autor discute a criação de capacidades para a consolidação de um Estado desenvolvimentista no Brasil no século XXI e sugere dois principais fatores como impeditivos para essa construção: a “debilidade crônica” do poder infraestrutural do Estado brasileiro e a dificuldade encontrada na necessidade de formar uma ampla coalizão que consiga reunir capital e trabalho em torno de uma estratégia desenvolvimentista.

No segundo nível, que objetiva analisar a atuação estatal de forma micro, materializada nas políticas públicas que são implementadas e acessadas pelo cidadão, há estudos como o de Filgueiras et al. (2020). Os autores argumentam que a análise de capacidades não deve focar apenas no nível das organizações, mas também na dimensão individual dos gestores e servidores públicos. Ao lançar luz nesse aspecto, importa

compreender as estruturas de incentivos e liderança no sentido de mobilizar um complexo arranjo de indivíduos que agem com base em atitudes, crenças e interesses próprios dentro da burocracia.

2.2 A capacidade em âmbito municipal

A autonomia política, administrativa e financeira consagrada aos municípios na Constituição Federal (CF) de 1988 gera importantes discussões sobre o desenvolvimento de capacidades nas gestões locais, para que a autonomia de direito se torne autonomia de fato para a formulação e implementação de políticas públicas.

A capacidade estatal na esfera municipal foi objeto de estudo em pelo menos cinco trabalhos de André Marengo em parceria com outros autores, identificados entre 2017 e 2021. Na maior parte dos trabalhos, foram empregados métodos quantitativos para compreender

aspectos da capacidade relacionados ao orçamento, à tributação e à profissionalização da burocracia, além de buscar estabelecer relações entre esses aspectos e o desempenho alcançado pelas gestões locais.

Em um dos trabalhos mais relevantes, Marengo et al. (2017) aplicaram um modelo que utilizou o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) como variável dependente para identificar como os municípios que possuem burocracias profissionalizadas conseguem ampliar seu potencial de arrecadação e implementação de políticas públicas. Segundo os autores, o fortalecimento das burocracias ajuda a superar os chamados “custos administrativos”, relacionados à elaboração de cadastros, monitoramento de índices e revisão de valores. Além disso, o insulamento resultante da profissionalização das carreiras reduziria os custos políticos decorrentes da taxação sobre o patrimônio imobiliário. O impacto positivo do elevado nível de qualificação do funcionalismo municipal sobre o desempenho fiscal das prefeituras também é constatado no trabalho de Grin et al. (2018), cujo modelo de análise considerou variáveis administrativas, técnicas, institucionais e políticas.

Outro trabalho de abordagem quantitativa voltado à esfera municipal foi

produzido por Coelho, Guth e Loureiro (2020). Neste caso, o artigo inova ao estabelecer relações entre capacidades estatais e o desenvolvimento humano, este último calculado a partir de indicadores de longevidade, educação e renda em pequenos municípios. Os resultados apontaram que a disponibilidade de canais de participação, os arranjos institucionais e os instrumentos de planejamento de gestão estão associados a níveis de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais elevados.

2.3 A capacidade estatal no contexto federativo brasileiro

Pesquisadores têm buscado compreender processos de indução de fortalecimento das capacidades estatais dos entes subnacionais a partir de iniciativas criadas pelo governo federal (GRIN; ABRUCIO, 2018; BARBOSA; VAZ, 2019; LIMA-SILVA; LOUREIRO, 2020; GRIN, 2021). A descentralização financeira, administrativa e política consagrada na Constituição de 1988 demanda que haja maior articulação e coordenação interfederativa para que os objetivos das políticas sejam alcançados.

Os achados no estudo de caso realizado por Lima-Silva e Loureiro (2020) sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) reforçam o argumento consolidado na literatura de que a fraca capacidade das gestões municipais prejudica a adequada implementação de programas federais. Entretanto, as autoras vão além ao explicarem que, em muitos casos, o município é apenas uma face do problema, sendo necessário, portanto, avaliar

outras questões relacionadas ao desenho da política pública. Para alcançar os resultados, utilizam como base o modelo proposto por Wu et al. (2015), que estabelece um conjunto de recursos analíticos, operacionais e políticos necessários para implementação da política em três diferentes níveis: individual, organizacional e sistêmico.

O PAC também foi objeto do estudo empírico de Barbosa e Vaz (2019), mas diferentemente de Lima-Silva e Loureiro (2020) - que focaram na dimensão administrativa-burocrática - a pesquisa buscou agregar, entre outras, as dimensões política e relacional. Essa abordagem, que traz à tona a necessidade de se analisar o envolvimento dos governos locais com os variados segmentos da sociedade, contribui

para avançar na compreensão sobre as questões relacionadas à legitimidade das políticas públicas.

Na área da assistência social, o debate sobre indução de capacidades estatais a partir de arranjos multiníveis entre governo central e subnacionais aparece nos trabalhos Bichir (2016) e Sátyro e Cunha (2018). A primeira mostrou como escolhas políticas realizadas no nível da burocracia federal e instrumentos de políticas desenvolvidos em torno do Programa Bolsa Família viabilizaram o desenvolvimento de capacidades nos municípios, o que representa um exemplo prático de política que evidencia o poder infraestrutural do Estado (MANN, 1984). No mesmo sentido, Sátyro e Cunha (2018), aplicando o método *process tracing*, mostraram como o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) não apenas auxiliou a construção de burocracias especializadas em assistência social nos estados e municípios, como também foi submetido a um processo próprio de aprendizagem ao longo da construção das políticas.

3. As dimensões técnico-administrativa e político-relacionais

A revisão sistemática indica que a maior parte das pesquisas prioriza as dimensões técnico-administrativas. Aqui, o enfoque é o estabelecimento de uma burocracia weberiana, dotada de instrumentos e ferramentas técnicas que permitam o governo alcançar os objetivos traçados, além de privilegiar o mérito e a impessoalidade na composição do seu quadro de pessoal. Souza (2017), Filgueiras (2020) e Marengo et al. (2017) são exemplos de trabalhos realizados nesse sentido.

Apesar da maior ênfase à dimensão técnico-administrativa, é possível encontrar artigos que enfatizam as dimensões política e relacional, buscando envolver aspectos relacionados ao emprego de instrumentos de participação, controle social e governança.

Abers e Keck (2009) apontam que existem lacunas na literatura destinada a investigar as capacidades relacionais do Estado. Os trabalhos, conforme avaliação das autoras, costumam focar ou no *input* da política pública (deliberação e participação) ou no *output* (*accountability*). Desse modo, constata-se a necessidade de analisar o processo (o meio), para buscar compreender se o Estado é capaz de implementar as

decisões tomadas nas esferas deliberativas, considerando tanto a capacidade técnica quanto a política, além de observar o aspecto constitutivo dessas capacidades.

Com base nessa premissa, as autoras investigaram quatro comitês de bacia hidrográfica no Brasil. Em três deles, foram percebidas colaborações existentes entre atores não-estatais e burocratas estaduais e municipais. Tais relações possibilitaram que os atores não-estatais não apenas influenciassem o processo de tomada de decisão, mas também ajudassem na construção de capacidades para implementação. Esses resultados obtidos ajudam a iluminar a discussão que relaciona os conceitos de governança e capacidades estatais. É comum que sejam levantadas críticas à possível transferência das responsabilidades do Estado, argumento contrário ao defendido por Abers e Keck, com base nos casos analisados.

4. METODOLOGIA

Com o objetivo de traçar um panorama das pesquisas sobre capacidades estatais realizadas no Brasil, foi feita uma revisão sistemática de literatura, método que ajuda a conferir um maior nível de evidência científica ao trabalho. Conforme Galvão e Ricarte (2019, p.58), a revisão sistemática de literatura “é uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto”.

A revisão sistemática da literatura partiu da pesquisa nas bases de dados *Web of Science* e *Scopus*, utilizando-se a seguinte sintaxe com operador booleano: “*state capacity*” OR “*state capacities*” (título, resumo e palavras-chave). A escolha das bases se deu em função da abrangência que elas proporcionam e da consolidação dos resultados de forma automática em planilhas que viabilizam a análise posterior. Embora a seleção considere apenas a produção brasileira, foram empregados os termos em inglês, que é o idioma utilizado majoritariamente nas duas bases selecionadas. Não foi delimitado um recorte temporal na pesquisa.

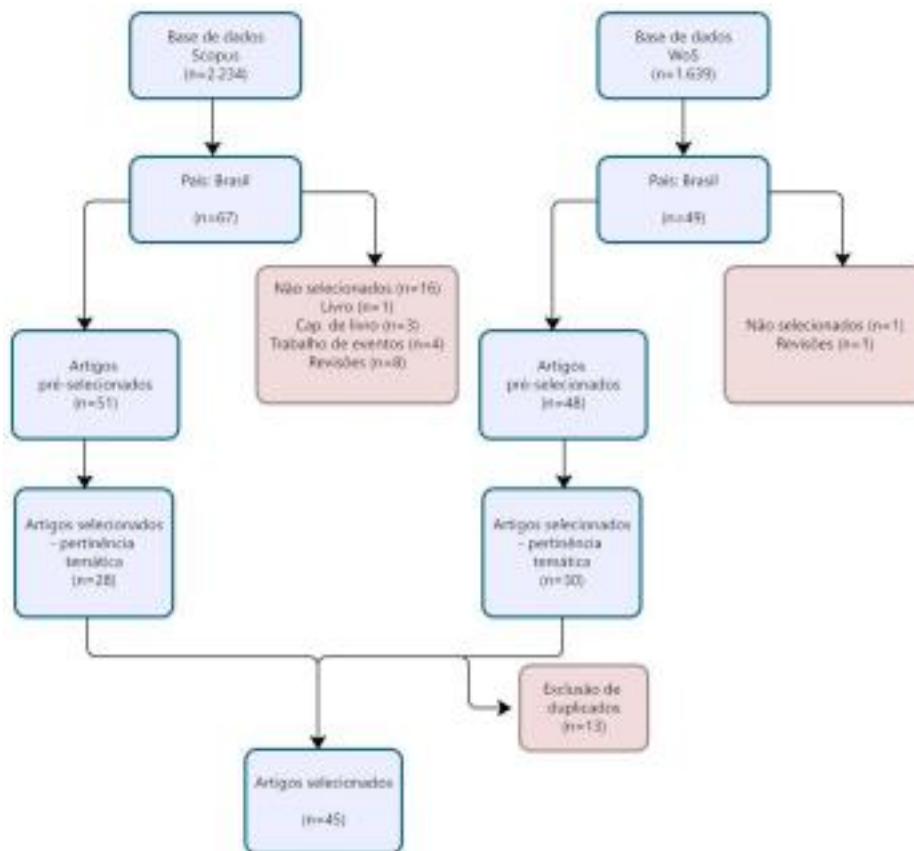
Quadro 1: Procedimentos da RSL

Informações	CrITÉrios Resultados
Termos nos títulos, resumos ou palavras-chave (Web of Science)	"state capacity" OR "state capacities" 2.234 resultados
Termos nos títulos, resumos ou palavras-chave (Scopus)	"state capacity" OR "state capacities" 1.639 resultados
Plataformas de busca	Web of Science e Scopus
Data de busca	05/06/2022
Idioma	Inglês
Parâmetros de seleção	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão de artigos publicados em revistas acadêmicas revisadas por pares (peer-review) - País: Brasil - Exclusão de artigos duplicados - Exclusão de artigos em que a discussão sobre capacidades estatais não é central
Software de análise dos dados	Excel e RStudio

Repositório de dados e scripts	https://osf.io/vw4hx/
--------------------------------	---

Após a busca inicial, foram filtrados os trabalhos produzidos no Brasil, o que resultou em uma considerável redução do corpus documental de 3.873 para 119 resultados, somando-se as duas bases. Em seguida, foram retirados os resultados classificados como livros, capítulos de livros, revisões e trabalhos de eventos, reduzindo o conteúdo a 99 artigos. Após leitura rápida dos títulos e resumos presentes nas planilhas, foi realizada uma seleção manual que buscou incluir apenas os trabalhos em que a temática de capacidades estatais tenha centralidade. Dessa forma, e depois da exclusão das duplicidades, foram selecionados 45 artigos para compor a base de dados da revisão sistemática.

Figura 1: Diagrama de seleção dos trabalhos

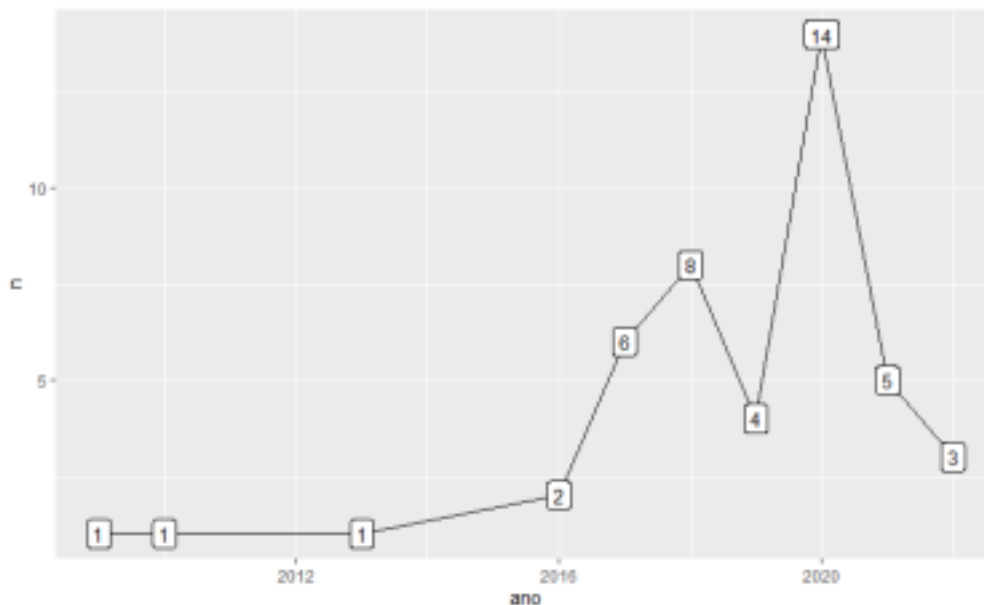


Fonte: Elaboração própria

5. Resultados e discussões

A análise da produção bibliográfica pelo ano da publicação dos artigos selecionados sinaliza um pico alcançado em 2020, quando foram publicados 14 trabalhos, número que corresponde a 31% do total da amostra. Entre 2018 e 2022, a soma das publicações representa 75% do total analisado (figura 2). Importante ressaltar que nas buscas não foram realizados filtros relativos ao período da publicação, sendo assim, a primeira publicação encontrada foi a das autoras Abers e Keck (2009).

Figura 2: Produção científica sobre capacidades estatais ao longo do tempo no Brasil

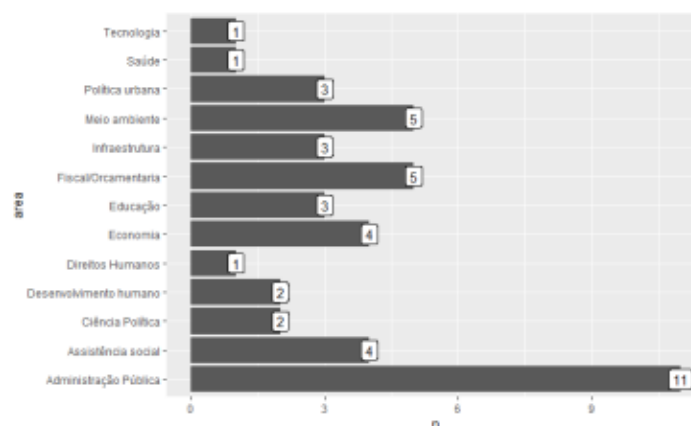


Elaboração própria

Fonte:

Em relação à área em que os estudos foram classificados, foi registrada uma prevalência de pesquisas voltadas à administração pública, normalmente relacionadas ao estudo das burocracias como atividade meio, sem explicitar claramente uma política pública setorial ou um aspecto específico da gestão. Nos casos em que há uma evidente delimitação da área investigada, meio ambiente (5), fiscal/orçamentária (5), economia (4) e assistência social (4) foram os campos mais destacados (figura 3).

Figura 3: Produção científica sobre capacidades estatais por área

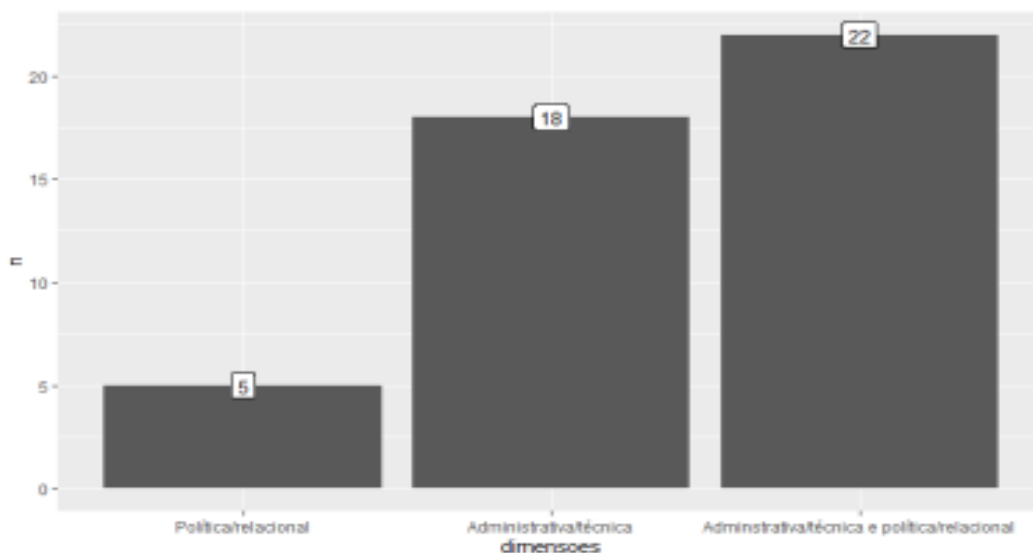


Fonte: Elaboração própria

Outra categorização feita na revisão sistemática levou em consideração as dimensões das capacidades abordadas em cada um dos artigos. Em que pese a existência de variadas dimensões, como as propostas por Cingolani (2013) que foram citadas anteriormente, esta pesquisa priorizou as dimensões técnico-administrativas e político-relacionais. De acordo com Pires e Gomide (2016), a análise desse conjunto de dimensões permite que a investigação vá além dos atributos clássicos relacionados à autonomia do Estado, possibilitando que sejam consideradas as mudanças e potencialidades produzidas pelas reformas democráticas pós-1988.

Os resultados apresentados na figura 4 apontam que quase a metade dos trabalhos levou em conta a análise das duas dimensões das capacidades estatais. Nos casos em que só uma dimensão é considerada, ocorre uma prevalência da dimensão técnico-administrativa.

Figura 4: Quantidade de trabalhos considerando as dimensões da capacidade estatal



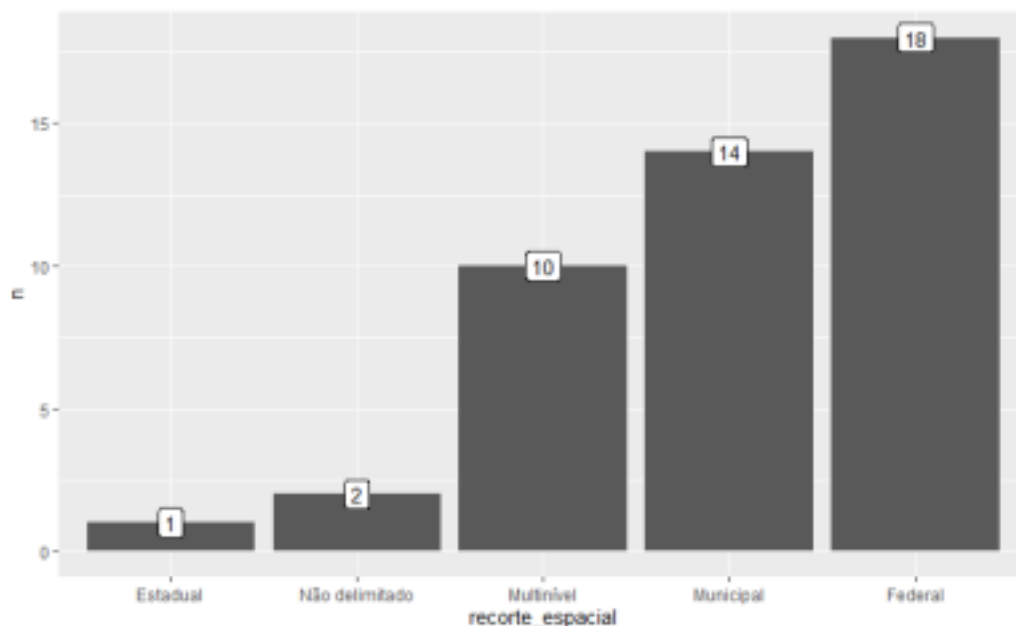
Fonte: Elaboração própria

Já a investigação a partir do recorte espacial evidenciou o cenário descrito por Grin et al. (2018). Conforme os autores, a literatura sobre capacidades estatais tradicionalmente concentra as atenções na esfera federal, deixando lacunas que exigem um maior esforço para compreender as gestões locais. Nesta revisão sistemática, o

conjunto de artigos selecionados também apontou essa tendência (figura 5). Além das esferas federal, estadual e municipal, foi incluída a classificação “multinível”, que considera estudos nos quais estão presentes elementos relacionados à indução e à promoção de capacidades entre diferentes entes federados. Geralmente, esse processo de indução parte do governo central para potencializar as capacidades em municípios carentes de condições adequadas para implementar e conduzir as políticas públicas.

Embora haja uma predominância da esfera federal nos estudos, ao detalhar os períodos em que foram produzidos os artigos com foco nos municípios, observa-se que todos os presentes no corpus documental foram publicados a partir de 2017. Tal fato pode sinalizar que, desde então, a agenda de pesquisa esteja conquistando maior espaço e relevância no campo.

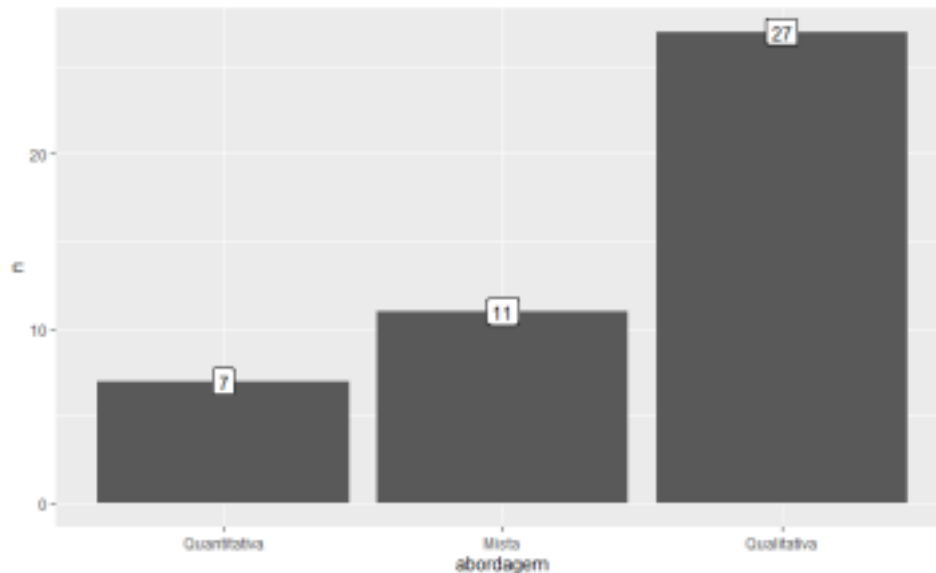
Figura 5: Quantidade de trabalhos considerando o recorte espacial



Fonte: Elaboração própria

Por fim, mais um aspecto analisado na revisão sistemática foi a abordagem utilizada nas pesquisas (figura 5). Os estudos qualitativos representaram 60% da amostra, os mistos, 24%, e os quantitativos, 16%.

Figura 6: Quantidade de trabalhos considerando a abordagem da pesquisa



Fonte: Elaboração própria

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão sistemática da literatura aqui apresentada indica uma concentração de trabalhos publicados sobre capacidades estatais nos últimos cinco anos, no Brasil. A maior parte das pesquisas focaliza a esfera federal e a dimensão técnico-administrativa. Contudo, é possível perceber uma tendência de crescimento de estudos que abordam a temática sob a ótica dos municípios e da indução interfederativa (multinível).

O domínio da dimensão técnico-administrativa sinaliza que a literatura de capacidades estatais ainda tem como foco o estudo das burocracias em sentido mais estrito, ou seja, nos aspectos de pessoal, financeiro e organizacional, a partir de uma concepção mais hierarquizada de governo. Com a atual tendência de aproximação entre os conceitos de capacidades estatais e governança, novas agendas de pesquisa podem emergir. Nesse contexto, surge a necessidade de uma investigação mais apurada de como os governos têm procurado expandir suas capacidades relacionais para conseguir coordenar e conduzir políticas públicas cada vez mais descentralizadas, envolvendo um número maior de atores - do mercado e da sociedade civil - e arranjos mais complexos.

Outra agenda relacionada ao tema, que hoje ainda aparece de forma secundária,

é a difusão de políticas que objetivam fortalecer as capacidades em um contexto de cooperação internacional. É o caso de organismos internacionais que fornecem a governos centrais e locais apoio técnico e financeiro para que sejam fortalecidos ou criados arranjos que incrementem as capacidades. Nesse contexto, importa compreender sob quais condições ocorrem a cooperação, quais são os instrumentos utilizados, como os atores são mobilizados e os impactos resultantes.

Referências

- ABERS, Rebecca; KECK, Margaret E. Mobilizing the state: The erratic partner in Brazil's participatory water policy. **Politics & Society**, v. 37, n. 2, p. 289-314, 2009.
- BARBOSA, Liliane Araujo; VAZ, José Carlos. Arranjos institucionais e capacidades de governo em processos participativos de urbanização: o caso de São Bernardo do Campo-SP. **Revista do Serviço Público**, v. 70, n. 1, p. 35-58, 2019.
- BICHIR, Renata. Novas agendas, novos desafios reflexões sobre as relações entre transferência de renda e assistência social no Brasil. **Novos estudos CEBRAP**, v. 35, p. 111-136, 2016.
- CAVALCANTE, Pedro; PEREIRA, Ana Karine. Do State capacity dimensions differently affect policy areas performance? An analysis of bureaucrats' perspective. **Administração Pública e Gestão Social**, 2022.
- CINGOLANI, Luciana. The State of State Capacity: a review of concepts, evidence and measures. 2013.
- COELHO, Rony; GUTH, Felipe; LOUREIRO, Miguel. Capacidades governamentais municipais e desenvolvimento humano local no Brasil. 2020.
- DINIZ, Eli. Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista: tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, p. 9-20, 2013.
- FERENTZ, Larissa Maria; GARCIAS, Carlos Mello. A capacidade do Estado frente a gestão de riscos e desastres após a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei 12.608/2012). **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 1, 2020.
- FILGUEIRAS, Fernando; KOGA, Natália; VIANA, Rafael. State capacities and policy work in Brazilian civil service. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, 2020.
- GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. "Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação". *Logeion: Filosofia da informação*, vol. 6, n. 1, 2019.
- GRIN, Eduardo José; ABRUCIO, Fernando. O comitê de articulação federativa no governo Lula: os percalços da cooperação territorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, 2018.
- GRIN, Eduardo José et al. Sobre desconexões e hiatos: uma análise de capacidades estatais e finanças públicas em municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 23, n. 76, 2018.
- GRIN, Eduardo José. O verso e o reverso da cooperação federativa e da difusão vertical de políticas para promover capacidade estatal nos municípios brasileiros. **Administração Pública e Gestão Social**, 2021.



- LIMA-SILVA, Fernanda; LOUREIRO, Maria Rita. Beyond local (in) capacity: Analyzing the implementation of a federally induced urban policy in Brazil. 2020.
- MANN, Michael. The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results. **European Journal of Sociology/Archives européennes de sociologie**, v. 25, n. 2, p. 185-213, 1984.
- MARENCO, André; STROHSCHOEN, Maria Tereza Blanco; JONER, William. Capacidade estatal, burocracia e tributação nos municípios brasileiros. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, p. 03-21, 2017.
- PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de sociologia e política**, v. 24, p. 121-143, 2016.
- RIBEIRO, Vanda Mendes et al. Características da política educacional do Acre (1999 a 2010) e repercussões sobre a capacidade estatal e a equidade. **Education Policy Analysis Archives**, v. 28, p. 145-145, 2020.
- SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. A capacidade transformativa do governo federal brasileiro na construção de uma burocracia da assistência social nos municípios. **Revista de Administração Pública**, v. 52, p. 363-385, 2018.
- SEGATTO, Catarina Ianni; EUCLYDES, Fillipe Maciel; ABRUCIO, Fernando. Capacidades estatais e seus efeitos nas políticas municipais de educação. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 26, n. 84, p. NA-NA, 2021.
- SOUZA, Celina. Modernização do Estado e construção de capacidade burocrática para a implementação de políticas federalizadas. **Revista de administração pública**, v. 51, p. 27-45, 2017.
- WU, Xun; RAMESH, Michael; HOWLETT, Michael. Policy capacity: A conceptual framework for understanding policy competences and capabilities. **Policy and Society**, v. 34, n. 3-4, p. 165-171, 2015.

Submissão: novembro 2023

Aceite: dezembro 2023